I – Editorial

*Joaquim Falcão**

A *Revista de Direito Administrativo* abre o presente volume com a tradução do texto de Raffaele De Giorgi, “Contingência e Legitimação”, que aborda, com propriedade, questões pertinentes à epistemologia jurídica.

Marcelo Borges de Mattos Medina desenvolve, em seu artigo, tema relativo aos danos ao patrimônio público em casos de contratações e processos licitatórios viciados, à luz da jurisprudência vigente no Superior Tribunal de Justiça.

Em artigo intitulado “Violência urbana, condições das prisões e dignidade humana”, Ana Paula de Barcellos examina a situação da população carcerária brasileira com enfoque em violações aos direitos fundamentais, propondo modelo explicativo ao tratamento despendido aos presos.

Em seguida, a *RDA* apresenta o trabalho de Emerson Affonso da Costa Moura sobre a mudança que sofreu o modelo burocrático tradicional, acompanhada da crise de legitimidade e governabilidade, e como o Estado vem utilizando os conhecimentos técnicos no âmbito de suas atividades administrativas discricionárias.

Ainda neste volume, em “Discricionariedade administrativa das autoridades reguladoras e aplicação das normas punitivas”, Diogo de Figueiredo Moreira Neto trata da flexibilização das escolhas administrativas, que deriva da impossibilidade de a lei prever todos os aspectos a serem tratados pela administração pública.

* Diretor da *Revista de Direito Administrativo* (RDA).

O trabalho de Floriano de Azevedo Marques Neto analisará a utilização do sistema de servidões administrativas para a implementação de redes de transporte rodoviário, assim como incentivo de participação da iniciativa privada em investimentos de interesse público.

Trazemos ainda, neste volume, artigo escrito pelo ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, Eros Roberto Grau, no qual é abordado o tema relativo à cobrança de pedágios, sem a existência de via alternativa, em contraste com o direito constitucional de ir e vir.

Por fim, ainda na seção de artigos, temos o trabalho de José dos Santos Carvalho Filho, que trata de questões relativas ao controle incidental de constitucionalidade e os seus efeitos perante o instituto da coisa julgada.

Nesta edição publica-se parecer de Luis Roberto Barroso, referente à atuação do Tribunal de Contas do município do Rio de Janeiro em relação a concessionárias de serviço público municipal.

Na seção de acórdãos, a *RDA* nº 254, apresenta o voto do conselheiro relator José Adonis Callou de Araújo Sá, proferido em Procedimento de Controle Administrativo no Conselho Nacional de Justiça, o qual analisa o controle de legalidade em concurso público para atividades notariais e/ou registrais do estado do Rio de Janeiro.

No âmbito da jurisprudência do Cade, apresentamos voto do conselheiro Carlos Emmanuel Joppert Ragazzo com comentários do mesmo conjuntamente com Eduardo Frade Rodrigues, relativo ao caso dos procedimentos administrativos de cartel no mercado de revenda de combustíveis.

A presente edição encerra-se com o voto-vista do ex-ministro do STF, Eros Roberto Grau, relativo à função normativa do Conselho Monetário Nacional, com comentários do professor Sérgio Guerra.